

12 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

Defensoria amplia áreas de atuação

Defensoria Pública amplia atendimento

Sedes de Londrina e Maringá já recebem casos relacionados à infância e ao direito de família

Viviani Costa

Reportagem Local

O aumento no número de defensores públicos do Estado tornou possível a ampliação das áreas de atendimento em algumas sedes do Paraná. Em Londrina, apenas casos de execução penal e da chamada infância infracional (adolescentes em conflito com a lei) eram atendidos pelas duas defensoras antes da chegada de quatro novos profissionais. Desde a última semana, casos relacionados à infância, na esfera cível, e ao direito de família passaram a ser recebidos.

A procura ainda é reduzida, segundo a defensora pública Francine Amorese, que atua no direito de família. A expectativa é que a demanda de trabalho aumente nas próximas semanas. "Questões de execução de alimentos, pensão, divórcio, guarda dos filhos e regulamentação de visitas, por exemplo, já podem ser atendidas aqui. Solicitações de vagas em creche que

já eram feitas pela equipe também devem ter o número ampliado", afirmou. Psicólogos e assistentes sociais também reforçaram a equipe.

A quantidade de defensores no Paraná saltou de 73 para 109. Na última convocação, dos 42 aprovados, 36 assumiram os cargos. As cidades de Francisco Beltrão, Campo Mourão, Cornélio Procopio e Apucarana também passarão a ter sedes do órgão estadual, já em funcionamento em outras 21 cidades do Paraná.

Novos profissionais também foram chamados para atuar em Maringá. Gilson Rogério de Oliveira, defensor público da área de direito de família, contou que a procura pelos atendimentos é crescente na unidade desde a última semana. Bruno Müller, que vai atuar na área da infância, destacou que, além de vagas em creches, será possível solicitar próteses, cadeira de rodas e medicamentos para as crianças. A sede de Maringá, que ainda não oferecia

atendimento para os casos de infância infracional, também vai abranger a demanda. "A defensoria veio com um grande atraso no Paraná, mas veio para suprir algumas necessidades. A intenção é trabalhar em parceria com os núcleos jurídicos das faculdades, que já oferecem os atendimentos à comunidade", ressaltou.

O defensor público-geral do Estado, Sérgio Parigot de Souza, informou que a intenção é realizar um novo concurso público para preencher as vagas remanescentes e formar um cadastro de reserva para as futuras contratações. "Temos disponibilidade orçamentária para mais seis vagas. [...] Nós temos um número muito restrito de defensores no Estado e, por isso, fomos obrigados a restringir as áreas de atuação", justificou. Apesar de estar prevista na Constituição de 1988, a Defensoria Pública foi implementada apenas em 2011 no Paraná.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

12 MAI 2016

Uma emenda constitucional de 2014 prevê a nomeação de um defensor público para cada comarca do País em que houver um juiz e um promotor. Isso deve ocorrer até 2022. “Estamos trabalhando junto ao governo para que, todos os anos, a gente possa ter um concurso público para que a gente possa cumprir esse dispositivo constitucional. Lógico, estamos em um momento de retração econômica e isso interfere nesse processo de expansão da instituição, mas continuamos agindo junto ao governo e ao Poder Legislativo para mostrar a necessidade de se ampliar o orçamento da Defensoria para atender a demanda do Estado”, lembrou.

ATENDIMENTOS

Em Londrina, a sede da Defensoria Pública fica na Rua Brasil, 1.032, no centro. Quem precisar dos serviços deve procurar a sede pessoalmente. Após problemas na linha telefônica, a equipe aguarda o resultado de uma nova licitação para disponibilizar um telefone fixo para os atendimentos. O horário de atendimento na sede é das 8h30 às 11 horas. Às segundas-feiras, a equipe recebe casos relacionados à área de família. Às terças e quintas, o atendimento é voltado para as áreas de infância cível, infância infracional e execução penal. Às sextas-feiras, é voltado para quem deseja solicitar vagas em creche.

O telefone da unidade de Maringá é (44) 3262-8447. A lista completa com os endereços e telefones das sedes do órgão no Estado está disponível no site da Defensoria Pública do Paraná (www.defensoriapublica.pr.def.br), no link “Locais de atendimento”.

12 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

AL aprova a criação de 120 cargos para o MP

Aprovado em primeira discussão, proposta que prevê novos cargos em comissão terá impacto de R\$ 663 mil mensais; deputados prometem barrar projeto da Cohapar

“ Prefiro esses cargos ajudando os promotores a fiscalizar o uso do dinheiro público do que na Cohapar ”

Chris Beller

Especial para a Folha

Curitiba - Os deputados do Paraná aprovaram ontem em primeira discussão a criação de 120 novos cargos em comissão para o Ministério Público do Estado (MP-PR). O projeto de lei 114/16 cria 32 cargos 4C, com salário de R\$ 4.316,21 e 88 cargos 5C, cujo salário é R\$ 3.884,78. Segundo os cálculos do departamento de gestão de pessoas do MP-PR, que enviou o projeto, o impacto das nomeações no orçamento será de R\$ 663.529,50 por mês e R\$ 6.364.656,25 somente neste ano. O acréscimo no custeio é equivalente a 1,4% do orçamento do órgão que se prepara para gastar cerca de R\$ 8,3 milhões a mais com essas nomeações em 2017.

“Eu defendo. Prefiro esses cargos ajudando os promotores do interior a fiscalizar o uso do dinheiro público do que na Sanepar, na Copel e

na Cohapar, onde as nomeações atendem a interesses políticos e só servem para acomodar cupinchas, cabos eleitorais do governo”, explicou Nereu Moura (PMDB), que horas antes, votou contra a criação de novos cargos na Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Segundo ele, o MP-PR foi correto ao enviar o projeto e pedir a criação dos cargos mostrando sua necessidade e a dotação orçamentária para tal. Diferente do que aconteceu na Cohapar, que contratou sem autorização ou estudo, virou alvo de ação do Ministério Público do Trabalho e perdeu na Justiça o direito às nomeações.

Os dois projetos de lei que criam os cargos em comissão voltam ao plenário semana que vem, mas o da Cohapar, se passar, vai para a Justiça. “Eles (a bancada governista) podem até aprovar, mas vai custar bem caro. Se insisti-

rem em tentar burlar a decisão judicial vamos entrar com ação de inconstitucionalidade”, anunciou Moura.

ENTENDA O CASO

O projeto de lei 192, enviado pelo governo do Estado, tenta regularizar a situação de 45 dos 68 funcionários da Cohapar que foram considerados em situação irregular pelo Ministério Público do Trabalho e receberam sentença de exoneração do juiz do Trabalho, Luciano Augusto de Toledo Coelho, da 12ª Vara do Trabalho de Curitiba, em fevereiro.

A ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho questionou a legalidade da criação dos cargos em comissão por via administrativa (nomeações), independente de lei autorizatória específica. A decisão condenou a Cohapar a exonerar, no prazo de 90 dias (que expira no dia 6 de junho) todos os servidores contratados nessas condições, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil por trabalhador. Também proibiu a empresa de contratar mais funcionários sem concurso. A ação foi motivada por uma denúncia do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR).

FOLHA DE LONDRINA

**Justiça fixa
multa por
bloqueios**

Chris Beller

Especial para a Folha

12 MAI 2016

Curitiba - A Justiça do Paraná fixou multa de R\$ 250 mil por hora de bloqueio para quem realizar interdições em rodovias estaduais. A penalidade foi fixada a partir de uma liminar deferida numa ação protocolada pela Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) e tem como finalidade garantir que novos protestos não impeçam o trânsito. Na terça-feira foram registrados vários bloqueios, em estradas sob a fiscalização da Polícia Rodoviária Estadual (PRE), feitos por manifestantes contrários ao impeachment da presidente Dilma Rousseff.

A liminar atinge todas as pessoas ou movimentos que possam "impedir, obstaculizar ou dificultar a passagem" de caminhões e carros que estejam trafegando por conta e ordem de indústrias associadas a sindicatos filiados à Fiep nas rodovias estaduais do Paraná.

O juiz Luiz Gustavo Fabris, da 8ª Vara Cível de Curitiba, acatou os argumentos da Fiep de que tais manifestações podem comprometer o setor produtivo. "O bloqueio destas (rodovias) acaba por prejudicar o regular fluxo da atividade econômica, aquisição/fornecimento de produtos/mercadorias/matérias-primas, em âmbito intermunicipal ou interestadual, acabando por prejudicar a sociedade como um todo, ainda mais nesse momento de grave instabilidade política e séria crise econômica", justificou o magistrado, ao conceder a liminar.

12 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Devolução de R\$ 53,9 milhões

Os vereadores de Curitiba aprovaram, ontem, em primeira votação, o projeto de lei que determina a devolução de R\$ 53,9 milhões economizados pela Câmara à Prefeitura de Curitiba. Mas a liberação dos recursos foi condicionada à construção de um novo prédio para a Câmara ou reformas no prédio atual em até quatro anos. A verba está depositada no Fundo Especial da Câmara (FEC) e sua devolução está gerando polêmica. “A gente já sabia que aqui os vereadores iam ser sensíveis às recomendações do líder do prefeito”, disse Chicarelli (PSDC), que junto com o Professor Galdino (PSDB), ingressou com uma ação na Justiça para barrar o repasse.

Ação popular

A ação popular foi distribuída para a 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, para análise do juiz Fernando Vasconcelos. Na peça, os vereadores pedem liminarmente a suspensão da votação do projeto de lei e que, em caso de aprovação pelos parlamentares, que o repasse ao Executivo não seja autorizado. A discussão da proposta, que tramita em regime de urgência, foi iniciada na sessão de terça-feira e retorna à pauta para segunda votação na próxima segunda-feira.

CLAUDIO HUMBERTO

Decisão de Teori enquadra 'AGD' e Lewandowski

A decisão do ministro Teori Zavascki, soterrando a manobra final do “advogado-geral de Dilma (AGD)”, José Eduardo Cardozo, enquadrou também Ricardo Lewandowski, que tem ameaçado fazer o Supremo Tribunal Federal examinar o impeachment em seu mérito e na “questão política”. Teori citou o art. 86 da Constituição segundo o qual o impeachment não é da competência do Judiciário, mas do Legislativo.

Constituição proíbe

Teori mostrou que não há base constitucional para uma intervenção do Judiciário que importe no juízo de mérito sobre o impeachment.

12 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

x Gilmar vai relatar pedido de inquérito contra Aécio

Isadora Peron
Agência Estado

Brasília - O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, vai ser o relator do pedido de abertura de inquérito contra o presidente do PSDB, o senador Aécio Neves (MG), por suposto envolvimento no esquema de corrupção de Furnas. Já a investigação sobre o envolvimento no caso do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) será analisada pelo ministro Dias Toffoli, que autorizou a abertura de inquérito ontem.

Na terça-feira, o ministro Teori Zavascki considerou não haver conexão com a Lava Jato dos pedidos de investigação contra Aécio e Cunha no caso ligado à estatal de energia. Como considerou não haver a chamada prevenção, ele pediu, então, que os pedidos fossem redistribuídos. A distribuição dos processos foi feita por sorteio eletrônico.

Os pedidos de investigação contra Aécio e Cunha foram feitos pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, com

base na delação premiada do ex-senador Delcídio Amaral (sem partido-MS).

Sobre Aécio, Delcídio afirmou que, "sem dúvida", o tuca não recebeu propina em um esquema de corrupção na estatal. De acordo com o delator, o caso envolvia inclusive as mesmas empreiteiras investigadas na Lava Jato.

Já em relação a Cunha, Janot aponta que ele é um dos líderes de uma "célula criminososa" que teria atuado em Furnas.

Os dois negam envolvimento no caso. Aécio afirma que a delação de Delcídio é só de ouvir dizer. Já Cunha, diz que Janot é "seletivo" ao envolvê-lo em novas linhas de investigação.

Há também pedido para abertura de um segundo inquérito contra Aécio sobre sua atuação para maquiar dados obtidos no Banco Rural pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios, que foi presidido por Delcídio.

Cunha já é réu em um processo no Supremo, além de ser alvo de uma outra denúncia, três inquéritos e outros pedidos de investigação.

12 MAI 2016

GAZETA DO POVO

Impeachment de Dilma Rousseff tem apoio da maioria do Senado

Contagem parcial até o fechamento desta edição indicava 34 votos favoráveis ao afastamento da petista, faltando o aval de apenas 7 senadores para o processo ser aceito pelo Senado

BRASÍLIA

Fernando Martins

Enviado especial

● Antes mesmo de o Senado votar o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, que até o fechamento desta edição ainda não havia ocorrido, o afastamento da petista da Presidência por até 180 dias já era dado como certo.

Trinta e quatro dos 44 senadores que haviam discursado até 0h15 desta quinta-feira (12) se manifestaram favoráveis ao processo. Faltavam apenas mais sete votos para atingir a maioria simples de 41 votos e dar andamento ao impeachment.

A discussão entre os sena-

dores não era mais se Dilma seria afastada, mas qual seria o placar final — o que indica as possibilidades de ela voltar ao governo após o julgamento final. Nos bastidores, a oposição falava em uma vitória com 56 votos a favor do impeachment, algo que era admitido até mesmo por governistas.

Se isso se concretizar, será uma dupla vitória da oposição: além de tirar Dilma temporariamente da Presidência, o número de votos sinaliza que há apoio suficiente para a presidente sofrer o impeachment definitivo no julgamento do Senado, que tem de ocorrer até novembro.

OPT, porém, não se deu por vencido e anunciou que fará uma oposição “duríssima” ao presidente interino Michel Temer (PMDB). A aposta é que o peemedebista não conseguirá tirar o país da crise e que, no julgamento final, alguns senadores mudarão de lado. Em outra frente de combate, os petistas continuarão a recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para anular o impeachment — tática que até agora não surtiu efeito.

A sessão que deveria se encerrar na madrugada desta quinta-feira (12) tratou da ad-

missibilidade do impeachment e do afastamento temporário de Dilma. Nessa etapa, são necessários os votos de 41 dos 81 senadores para o prosseguimento do processo. Para tirar a presidente definitivamente da Presidência, é preciso haver dois terços dos votos no Senado — ou 54 parlamentares.

Mesmo atingindo e até mesmo ultrapassando esse número mágico, a oposição (que agora será governo) não tem folga para tratar o impeachment como uma guerra vencida. Temer sabe que precisa sinalizar rapidamente que é capaz de adotar medidas que promovam a retomada do crescimento. Por isso, já prepara um pacote de medidas para serem tomadas em no máximo dois meses. A pressa busca evitar a continuidade da crise, o que colocaria Temer em risco.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

12 MAI 2016

Estratégia petista

O PT acredita que a crise continuará. E isso mantém a esperança de que Dilma será inocentada no julgamento final e, assim, voltará à Presidência. A estratégia para desgastar Temer já está traçada. “Vamos fazer uma oposição duríssima”, diz o senador Lindbergh Farias (PT-RJ). O PT considera que Temer vai retirar direitos trabalhistas e sociais, o que irá piorar a imagem do novo presidente perante a opinião pública. E vai bater duro nessa tecla.

Temer pretende, por exemplo, extinguir a obrigatoriedade de o governo investir determinadas quantias em áreas como saúde e educação. Também quer desvincular o reajuste de benefícios pagos pelo governo (sobretudo previdenciários) do índice que reajusta salário mínimo. O aumento do mínimo de aposentados, por exemplo, poderia ser menor do que o dos trabalhadores da ativa.

Outra medida impopular em estudo pela equipe do novo governo é estabelecer uma idade mínima para que alguém possa se aposentar (possivelmente 65 anos). Temer também deve privatizar estatais — algo que tem a rejeição de parcela expressiva da população.

“O governo Temer será um governo em crise e impopular. E os votos no Senado mudam muito rapidamente”, afirmou Lindbergh.

“Até 56 [votos a favor do impeachment] é bom pra gente. Temos de virar [o voto] de dois senadores”, disse o petista ainda antes do resultado final da votação (na verdade, o PT precisaria de três votos).

CONTINUA

12 MAI 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Supremo não deve discutir mérito, diz Teori

■ O ministro Teori Zavascki negou recurso do governo para anular o processo contra a presidente Dilma Rousseff (PT) e disse não caber ao Supremo Tribunal Federal (STF) discutir o mérito do impeachment. O ministro não admitiu na quarta-feira (11) os argumentos da Advocacia-Geral da União alegando “desvio de poder” do então presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), responsável por conduzir o processo que, para a AGU, ficou “viciado”.

Na ação, o governo alegava que o recebimento do processo por Cunha foi ilegal porque o peemedebista agiu por interesse pessoal, em retaliação ao Planalto e ao PT, por não ter sido blindado para não ser cassado no Conselho de Ética da Casa. Em sua decisão, Teori alega que não “há base constitucional para qualquer intervenção do Poder Judiciário que, direta ou indiretamente, importe juízo de mérito sobre a ocorrência ou não dos fatos ou sobre a procedência ou não da acusação”.

Para ele, “o juiz constitucional dessa matéria é o Senado, que, previamente autorizado pela Câmara, assume o papel de tribunal de instância definitiva, cuja decisão de mérito é insuscetível de reexame, mesmo pelo Supremo Tribunal Federal”.

RENAN PASSARÁ 'BASTÃO' PARA LEWANDOWSKI

Numa conversa por telefone, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, acertaram juntos que nesta quinta-feira (12) deve ocorrer a troca de comando da condução do processo do impeachment. Como determina a Constituição, o ministro da Corte Suprema assume a presidência do Senado para fins do julgamento por crime de responsabilidade da presidente Dilma Rousseff. Caberá a Lewandowski definir as prerrogativas e direitos da petista durante o período de afastamento. O julgamento que pode cassar o mandato de Dilma tem prazo máximo de 180 dias e deve ocorrer até novembro.

12 MAI 2016

GAZETA DO POVO

Governo Temer deve destravar mais de R\$ 1,7 bi em empréstimos para o Paraná

Governo de Beto Richa espera que sejam liberados nas próximas semanas os financiamentos obtidos junto ao BID, represados na gestão de Dilma Rousseff

● O Palácio Iguazu espera que a relação do governo federal com o Paraná melhore — e muito — com a assunção de Michel Temer (PMDB) à presidência da república. A expectativa é de que R\$ 1,76 bilhão em empréstimos solicitados pelo estado sejam liberados no novo governo.

Parte desses recursos já foi aprovada e a expectativa é de que o dinheiro seja destinado ao estado nas próximas semanas. “Já temos a sinalização de que vamos ter a solução para esse problema muito em breve”, diz o secretário-chefe da Casa Civil do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB).

Os empréstimos reivindicados correspondem a três convênios com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Dois deles — que preveem recursos para as áreas de segurança e infraestrutura (rodovias) — já foram liberados, mas estão sob análise na Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Esses recursos — que somam R\$ 760 milhões — devem chegar mais rapidamente ao estado. Além disso, o governo está em vias de aprovar

outra linha de mais de R\$ 1 bilhão (US\$ 300 milhões) com o BID, para financiar projetos na área de logística.

Cordialidade

O Paraná anseia também um relacionamento mais próximo e cordial com a União. Trocando em miúdos, o governo espera não enfrentar tantas “dificuldades” para aprovar os financiamentos. “Estamos otimistas e percebemos que esse novo governo terá um posicionamento mais republicano com o nosso estado”, aponta Rossoni.

Coordenadora do grupo de trabalho de relacionamento do governo do Paraná com o governo federal, a vice-governadora Cida Borghetti (Pros) também entende que as tratativas com Brasília devem avançar. Recentemente, ela integrou uma missão do governo na Rússia, a convite de Temer. Além disso, o marido de Cida, o deputado Ricardo Barros (PP), está cotado para assumir o Ministério da Saúde.

“Tenho certeza de que o bom relacionamento vai prevalecer, porque essa articulação vai avançar por causa da capacidade e visão fu-

turista do Temer, que entende que o Brasil precisa avançar rapidamente. O Paraná é um estado diferenciado porque fez os ajustes necessários e hoje serve de exemplo aos demais”, diz Cida.

Evidência

Outro paranaense, o deputado federal Alex Canziani (PTB), corre por fora, cogitado para o Ministério do Trabalho. Para articuladores políticos do estado, os nomes de agentes públicos do estado em evidência atestam que o Paraná deve ter uma posição mais confortável no governo Temer.

“Nós torcemos pelos paranaenses, até porque eles vão olhar mais para cá [o estado]. Independentemente disso, a relação vai melhorar. Estamos otimistas”, pontuou Rossoni.




CONTINUA

12 MAI 2016

GAZETA DO POVO

EMANÁLISE CONTINUAÇÃO

O Paraná tem três empréstimos em análise na Secretaria do Tesouro Nacional. Veja as áreas contempladas:

	Aprovação	Valor
 Segurança pública	<input checked="" type="radio"/> aprovado	R\$ 235 milhões
 Infraestrutura	<input checked="" type="radio"/> aprovado	R\$ 525 milhões
 Logística	<input type="radio"/> aguardando aprovação	R\$ 1 bilhão
Total		R\$ 1,76 bilhão

Instituição: Banco Interamericano de Desenvolvimento

Fonte: Redação. **Infografia:** Gazeta do Povo.

“Estamos otimistas e percebemos que esse novo governo terá um posicionamento mais republicano com o nosso estado.”

Valdir Rossoni, secretário-chefe da Casa Civil do Paraná.

JUSTIÇA

Paraná recorreu até ao STF para destravar empréstimos

● Ao longo do governo Dilma Rousseff (PT) o Paraná enfrentou dificuldades recorrentes para destravar empréstimos que já haviam sido aprovados por instituições de financiamento. Além de travar embates políticos, o estado chegou a recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para destravar uma das linhas de recursos, que à época chegava a R\$ 817

milhões, provenientes do Programa de Apoio ao Investimento de Estados e do Distrito Federal (Proinveste). O dinheiro só saiu depois de a corte deferir um pedido de liminar.

O Paraná também teve que se desdobrar para tirar do papel outros financiamentos, como convênios com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos empréstimos chegaram a ser barrados no Senado. O governo do estado sempre atribuiu esse “represamento” a

manobras políticas de adversários. Ainda hoje, o secretário-chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni (PSDB), aponta que os mais de R\$ 1 bilhão estão parados. “Este dinheiro só está parado lá na Secretaria [do Tesouro Nacional], porque uma determinada senadora do Paraná não queria que fosse destinado ao estado”, aponta Rossoni, fazendo referência a Gleisi Hoffmann (PT). A senadora sempre negou qualquer influência na retenção dos recursos.

12 MAI 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Toffoli encerra gestão no TSE com quase 4 mil processos julgados

O ministro elogiou ainda a participação e o engajamento de todos os membros do TSE no processo de discussão da reforma eleitoral no Congresso Nacional

Ao encerrar a última sessão de julgamentos como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nesta terça-feira (10/5), o ministro Dias Toffoli fez um balanço das ações feitas pelo tribunal durante a sua gestão. O ministro informou que, desde a sua posse na Presidência da corte eleitoral, em 13 de maio de 2014, o TSE julgou 3.986 processos, ou 40% do acervo. O acervo no dia de sua posse era de 6.467 processos. Ao todo foram nove sessões solenes, 134 sessões administrativas e 179 sessões jurisdicionais.

No balanço divulgado, o ministro Dias Toffoli destacou algumas ações do tribunal como a implantação do Processo Judicial Eletrônico, que teve início na Justiça Eleitoral no dia 24 de agosto para ações originárias. Em 2016, será implementado em quatro tribunais regionais eleitorais (Amazonas, Goiás, Rio Grande do Sul e Tocantins).

O ministro elogiou ainda a participação e o engajamento de todos os membros do TSE no processo de discussão da reforma eleitoral no Congresso Nacional. "Todos os ministros tiveram ampla participação nos debates nas audiências

públicas realizadas na Câmara e no Senado, nas discussões com parlamentares e no acompanhamento dos inúmeros processos da reforma que resultaram na alteração da Lei das Eleições, do Código Eleitoral e da Lei dos Partidos Políticos", disse. O ministro também lembrou que em 2014 aconteceu a maior eleição geral da história. Foram disponibilizadas quase 500 mil urnas eletrônicas para atender os 26 estados e o Distrito Federal. Sobre as eleições municipais, que acontecerão em outubro de 2016, espera-se pelo menos 400 mil candidatos.

Durante a gestão do ministro Dias Toffoli, o Tribunal Superior Eleitoral também analisou questões importantes, firmando jurisprudência relevante. Entre as ações destacadas está a que analisou a validade de prova obtida por gravação ambiental.

Na ocasião, seguindo o voto do ministro Gilmar Mendes, a corte definiu que a gravação ambiental em uma cena montada de compra de votos por adversários políticos pode ser, ao mesmo tempo, ilícita e lícita. Segundo o ministro, nesse contexto, a gravação deve ser considerada uma prova ilícita contra

o candidato, mas não contra os eleitores que venderam os votos. No caso analisado, o ministro destacou que os eleitores não podem pedir a ilicitude da prova para anular a ação penal que corre contra eles.

Outra questão relevante julgada pelo TSE diz respeito à multa por descumprimento de ordem judicial. Nesta ação, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu, manter a multa de R\$ 900 mil à Google por ter descumprido, nas eleições municipais de 2012, decisão que determinava a retirada de vídeos anônimos veiculados no YouTube com expressões ofensivas à honra do então candidato a prefeito de Cascavel (PR) Edgar Bueno.

Outro tema relevante analisado foi a Resolução 23.465/2015, que trata da criação, organização, funcionamento e extinção dos partidos políticos. O plenário do TSE suspendeu por um ano vigência do artigo 39 da norma que estabelece que as comissões provisórias dos partidos são válidas por 120 dias.

12 MAI 2016

BEMPARANÁ

Assembleia aprova criação de 120 novos cargos para o MP

"Cargo
comissionado
tem que ser
exceção
e não a
regra".

do deputado estadual
Tadeu Veneri (PT)

Deputados questionam, lembrando que órgão tem cobrado redução de comissionados de prefeituras

Ivan Santos

A Assembleia Legislativa aprovou ontem, em primeiro turno, projeto que cria 120 novos cargos comissionados no Ministério Público Estadual. O projeto prevê a criação de 32 cargos simbologia 4-C, e 88 cargos simbologia 5-C. Os salários vão de R\$ 3,5 mil a R\$ 3,9 mil. O impacto nos cofres públicos será de R\$ 6,3 milhões em 2016 e R\$ 8,3 milhões em 2017.

A iniciativa foi questionada por deputados da base do governo e da oposição, porque no mês passado, já houve aprovação de outro projeto criando 58 cargos em comissão para o órgão, seria de R\$ 6,6 milhões em 2016 e R\$ 8,3 milhões em 2017. Os parlamentares lembraram que o MP tem pressionado prefeituras, câmaras municipais e outros órgãos públicos a reduzirem os cargos comissionados e promoverem concursos para a contratação de servidores. "Casa de ferreiro, espeto de pau", ironizou o líder da bancada oposicionista, deputado Maurício Requião Filho (PMDB). "O MP tem a postura de ser contra cargos de confiança. Eu conversei com alguns promotores, e eles disseram que comissionados trabalham

mais que concursados. A posição deles é duvidosa", disse o governista Reinhold Stephanes Júnior (PSB).

O líder da bancada do governo, deputado Luiz Cláudio Romanelli, defendeu a proposta. Ele alegou que o Ministério Público tem autonomia financeira e o gasto previsto com os novos cargos está dentro do orçamento do órgão. "Se o MP diz que está precisando é porque está precisando", reforçou o também governista, deputado Hussein Bakri (PSD). "Cargo comissionado tem que ser exceção e não a regra", rebateu o deputado Tadeu Veneri (PT).

Na justificativa do projeto, o MP alega que esses cargos são necessários para "compor os serviços auxiliares" (...) "às atividades institucionais das Promotorias de Justiça" nas regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá. Segundo o MP, a ampliação visa atender carências verificadas nas áreas de violência doméstica contra a mulher, proteção à criança e ao adolescente, saúde pública, patrimônio público e execução penal. Na justificativa da proposta aprovada em abril, o MP alegou que a criação dos cargos vai "suprir necessidades decorrentes da nova realidade institucional,

por efeito da grande defasagem do número de cargos dos serviços auxiliares" do órgão "em segundo grau, em relação aos do Poder Judiciário que, com a implantação do processo digital, acelerou significativamente a movimentação processual".

Divisão do bolo - O questionamento sobre esses gastos aumentou diante da crise financeira vivida pelo Estado. O secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, tem defendido a revisão dos repasses de recursos para o Legislativo, Judiciário e Ministério Público, alegando que enquanto o Executivo tem dificuldades em cumprir seus compromissos e manter investimentos, outros poderes vivem em "ilhas de prosperidade". Por lei, o MP tem direito a 4,1% das receitas do Estado.

CONTINUA

12 MAI 2016

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Segundo Costa, haveria atualmente uma "sobra" de R\$ 940 milhões anuais no orçamento desses poderes – incluindo Ministério Público e Tribunal de Contas – que poderia ser melhor usada pelo Executivo para investimento em outras áreas essenciais, como saúde, educação e segurança. Recentemente, o governo encaminhou à Assembleia uma proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017, que prevê um corte de R\$ 500 milhões nos repasses ao Legislativo, Judiciário e MP, com a retirada das verbas do Fundo de Participações dos Estados da base de cálculo desses repasses. Caso isso seja aprovado, o Ministério Público perderia cerca de R\$ 100 milhões.

12 MAI 2016

BEMPARANÁ

Impeachment

STF rejeita recurso

O ministro Teori Zavascki do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a ação do governo que pedia a anulação do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. A decisão, divulgada no início da tarde de ontem, impôs a última derrota à petista antes da votação no Senado sobre seu afastamento provisório.

A expectativa era de que a decisão liminar de Teori fosse divulgada antes do início da sessão no Congresso. Mas a informação só foi divulgada quase três horas depois do início do debate dos senadores, o que foi visto como um sinal de que, mesmo antes de oficializar a posição, o ministro não iria interferir no andamento do processo.

A medida garante a tramitação do processo no Senado. Não há precisão para que ele seja levado à plenária do Supremo para ser referendado.

12 MAI 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Processos sobre crimes hediondos terão prioridade na Justiça

Foi publicada nesta quarta-feira (11) a lei que garante prioridade de tramitação, em todas as instâncias, a processos que apurem a prática de crime hediondo. A Lei 13.285/2016 tem origem no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 20/2014, aprovado pelo Senado em abril.

A nova lei modifica o Código de Processo Penal (Decreto-lei 3.689/1941). Antes de passar pelo Plenário do Senado, a proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde recebeu parecer favorável do relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). De acordo com Valadares, os crimes hediondos comovem a população e as próprias autoridades, principalmente porque não adianta agravar a pena se o processo não anda, ou seja, se a condenação custa a se efetivar. O projeto é de autoria da deputada Keiko Ota (PSB-SP), mãe do menino Ives, sequestrado e morto no mesmo dia, em 1997, após reconhecer um dos sequestradores. Para ela, a demora no julgamento de crimes de natureza gravíssima gera na sociedade uma sensação de impunidade e de descrença em relação ao Judiciário.— Se o tempo acaba por amenizar a angústia e a revolta da sociedade, é certo que a aplicação imediata da lei faz com que ela se sinta protegida — sustentou a deputada.

12 MAI 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

"CASO" DE RENAN

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, pretende submeter em breve ao plenário da Corte o oferecimento da denúncia contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), no caso Monica Veloso. Se os ministros aceitarem a acusação, o congressista passará a ser réu, o que pode afastá-lo da linha sucessória da Presidência da República.

A denúncia chegou a ser liberada para julgamento pelo plenário em fevereiro, mas o ministro retirou o caso da pauta dias depois. Na denúncia, que chegou ao STF em 2013, Renan é acusado de cometer os crimes de peculato, falsidade ideológica e uso de documento falso. A denúncia tem como base um escândalo sob investigação desde 2007 e tramita em segredo de Justiça na Corte.

A Procuradoria-Geral da República considerou, na denúncia oferecida ao STF, que Renan recebeu propina da construtora Mendes Júnior para apresentar emendas que beneficiariam a empreiteira. Em troca, o peemedebista teria as despesas pessoais da jornalista Monica Veloso, com quem mantinha relacionamento extraconjugal, pagas pela empresa. Renan é investigado em outros dez processos, nove dos quais na Lava Jato.

NÃO VINGOU!

No início da tarde de ontem, o ministro Teori Zavascki do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a ação do governo que pedia a anulação do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Foi a última derrota à petista antes da votação no Senado sobre seu afastamento provisório.